



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 249/2014
(Autoria dos Deputados Pedro Lupion, Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini, Andre Bueno e Anibelli Neto)

Alteração da Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.977, de 30 de dezembro de 1977, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Sverdi – Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Sverdi – Propagação e Cultura, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidente
Relator
Mara Lima



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 250/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 8.361, de 22 de setembro de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação:

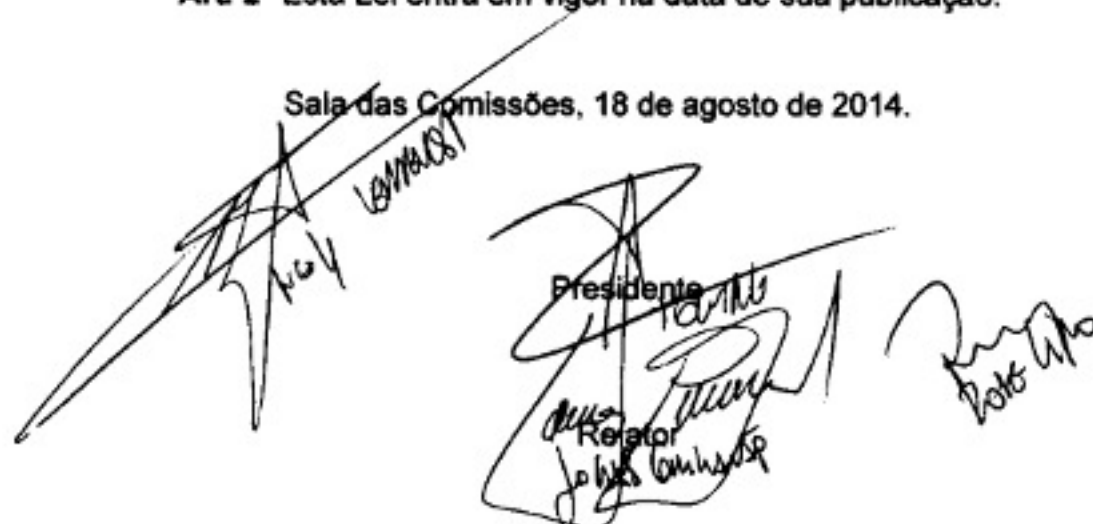
"Concessão de Título de Utilidade Pública à Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Shalom Associação Beneficente do Jardim Guarujá, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.


Presidente
Regente
Anibelli Neto





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 252/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Aníbeili Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, de
concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.724, de 13 de novembro de 1975, passa a
vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade
Pública ao Centro de Educação Infantil
Perseverança, com sede e foro no
Município de Paranaguá."

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de
Educação Infantil Perseverança, com sede e foro no Município de
Paranaguá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

Presidente
Relator
Mara Lima
Pedro Lupion
Tercílio Turini
Aníbeili Neto
Tadeu Veneri
Caíto Quintana



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 253/2014
(Autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Andre
Bueno,
Anibelli Neto, Cantora Mara Lima, Pedro Lupion e Tercílio Turini)

Alteração da Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, de
concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 6.962, de 6 de dezembro de 1977, passa a vigorar
com a seguinte redação:

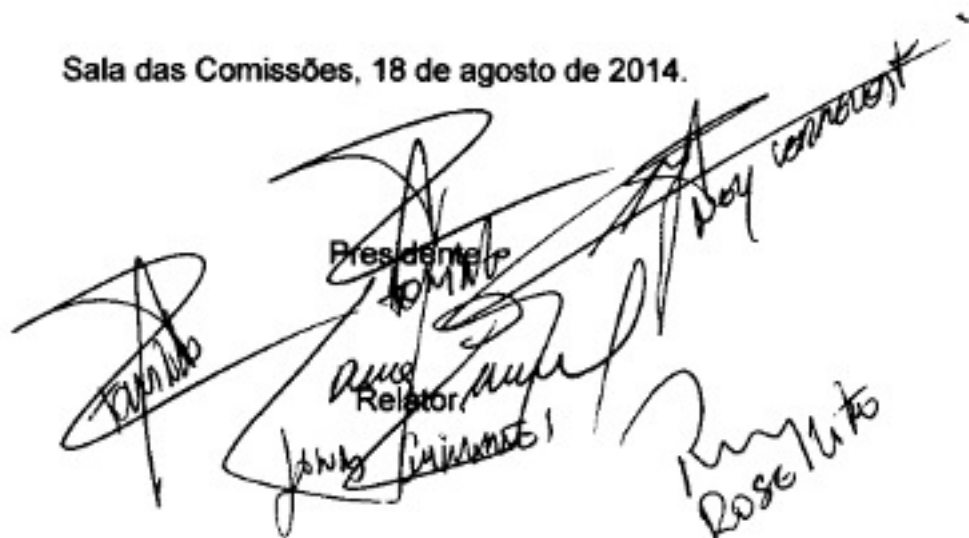
"Concessão de Título de
Utilidade Pública à Província
Cristo Redentor, com sede e foro
no Município de Curitiba."

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Província Cristo
Redentor, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.


Presidente
Relator
Anibelli Neto
Cantora Mara Lima
Pedro Lupion
Tercílio Turini
Caíto Quintana
Tadeu Veneri
Andre Bueno



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto Lei nº 317/2014 (Autoria do Deputado Enio Verri)

Alteração da Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011,
de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º A Lei nº 16.925, de 5 de outubro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Concessão de Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 1º Concede o Título de Utilidade Pública à Agência de Desenvolvimento Ambiental, Social, Cultural e Econômico Liberdade - ADASCEL, com sede e foro no Município de Maringá.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 18 de agosto de 2014.

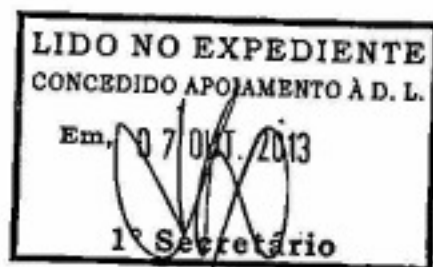
Presidente
Enio Verri
Relator
Jorge Luis
Wey
Rosa



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 486/13



SUMULA: Declara de Utilidade Pública a **SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL FONTE DE VIDA**, com sede e foro no Município de Rio Negro.

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, com sede e foro no Município de Rio Negro no Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em 07 de outubro de 2013.


STEPHANES JUNIOR
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



JUSTIFICATIVA

A **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de finalidade assistencial e educacional, de Utilidade Pública Municipal, tem sua sede localizada na Estrada Geral, S/Nº - Roseira, Cidade de Rio Negro, no Estado do Paraná.

O trabalho da Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida é voltado a apoiar pessoas em sua luta pela superação da dependência química e do alcoolismo.

Os apoiados, em geral, residem na sede da Fonte de Vida, com direito a apoio espiritual, de assistência social, alimentação, atividades laborais, terapia ocupacional, cursos que envolvem a área de capacitação em diferentes projetos desenvolvidos pela instituição e que buscam a {re}integração dos mesmos ao convívio social e que, agora, tem como alvo uma perspectiva inclusiva.

O trabalho desenvolvido não tem a obrigatoriedade de permanência na Fonte de Vida, visto que se trata de uma instituição aberta à entrada e saída, de acordo com a disponibilidade de vagas e o interesse da pessoa apoiada.

A Fonte de Vida também desenvolve trabalhos com as famílias através de grupos de apoio, palestras em escolas, igrejas e outras entidades e acampamentos com jovens, crianças, adultos e idosos visando a prevenção de drogas.

Pelo interesse social que a matéria aqui elencada exige, solicito aos nobres Pares deste Legislativo o relevante apoio ao presente projeto.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 486/2013

Projeto de Lei nº. 486/2013
Autor: Deputado Stephanes Junior

Súmula: Declara de Utilidade Pública a **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, com sede e foro no Município de Rio Negro.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 17.826/2013 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Stephanes Junior, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Sociedade de Assistência Social e Educacional Fonte de Vida**, com sede e foro no Município de Rio Negro, Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis,

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 17.826/2013, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Os principais requisitos foram devidamente preenchidos, quais sejam:

- Entidades sem fins lucrativos;
- a finalidade;
- a não remuneração de seus membros;
- a destinação do patrimônio em caso de dissolução a uma entidade congênere.

A natureza da presente instituição é de Associação Privada sem fins lucrativos, de acordo com o estatuto da entidade, cumprindo assim com os requisitos exigidos pelo artigo 1º, I, II e III da Lei 17.826/2013, senão vejamos:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 1º O Título de Utilidade Pública será concedido por lei a entidades que comprovarem preencher os seguintes requisitos, por meio do respectivo Estatuto:

I – ser pessoa jurídica de direito privado constituída no Estado do Paraná ou que exerça atividades com representação no Estado, com ato constitutivo registrado;

II – ter personalidade jurídica, há mais de um ano;

III- finalidade assistencial, educacional, cultural, filantrópica, de pesquisa científica, de esporte ou meio ambiente, desde que comprovado o interesse público das atividades desenvolvidas, prestando serviços de forma perene, efetiva e desinteressada à coletividade nos termos do respectivo Estatuto,

Quanto a não remuneração de seus dirigentes e a destinação do patrimônio, também encontram-se devidamente reguladas pelo presente estatuto.

Cumprе ressaltar também que todos os demais documentos exigidos foram anexados ao presente projeto de lei.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.



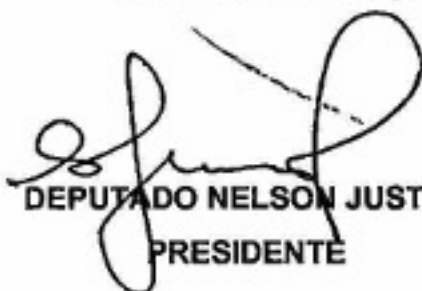
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

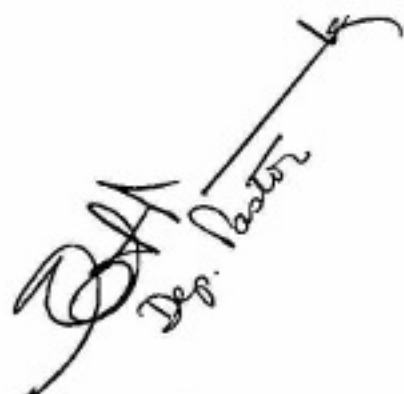
Sala das Comissões, em 27 de Maio de 2014.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA
RELATOR


Dep. Pericles


Dep. Tucumã


Dep. Pastor



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



PROJETO DE LEI

793/13

**LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.**

Em, 17 DEZ. 2013


1º Secretário

SÚMULA: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio.

Art. 1º: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 17 de dezembro de 2013.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



JUSTIFICATIVA

A expedição Ecológica é realizada em parceria com os municípios Ubatã, Altamira do Paraná, Nova Cantu, Campina da Lagoa, Anahy, Corbélia e Iguatú. Em edições passadas, a participação média foi de 75 barcos que percorrem um percurso de 106 km do Piquiri.

A Associação dos Amigos do Rio Piquiri, de Ubatã, município do centro-oeste do Paraná, realiza todos os anos, em comemoração ao Dia do Rio em 24 de novembro, a Expedição Ecológica. O objetivo do evento é a conscientização ecológica e a preservação ambiental, com a pesca consciente e com a valorização das águas. Além de efetuar o plantio e distribuição de sementes de árvores às margens do Rio Piquiri, também é realizada a coleta de lixo ao longo do percurso da expedição.

O Rio Piquiri, principal curso de água da bacia, banha total ou parcialmente os municípios de Guarapuava, Turvo, Campina do Simão, Goioxim, Santa Maria do Oeste, Marquinho, Palmital, Laranjal, Nova Laranjeiras, Diamante do Sul, Altamira do Paraná, Guaraniaçu, Campo Bonito, Campina da Lagoa, Braganey, Anahy, Iguatu, Corbélia, Ubatã, Nova Aurora, Quarto Centenário, Goioerê, Mariluz, Alto Piquiri, Formosa do Oeste, Brasilândia do Sul, Assis Chateaubriand, Palotina, Iporá, Francisco Alves, Terra Rocha e Altônia.

Um dos principais objetivos da Expedição Ecológica é o repovoamento das espécies nativas ao Rio Piquiri, por meio da reposição de alevinos no rio.

Diante de todo o exposto, conclamo o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Projeto de Lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 799/2013

Projeto de Lei nº. 799/2013

Autor: Deputado Professor Lemos.

Súmula: Insere no Calendário Oficial do Estado do Paraná a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", realizada anualmente na semana do dia 24 de novembro, em comemoração ao Dia do Rio.

EMENTA: INSERE NO CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO ESTADO A EXPEDIÇÃO ECOLÓGICA AMIGOS DO RIO PIQUIRI. POSSIBILIDADE. ART 215 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTIGO 165 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Professor Lemos, tem por finalidade inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado a "Expedição Ecológica Amigos do Rio Piquiri", a ser realizada anualmente no mês de novembro.

FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, A, I do REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



Corroborando com tal entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, senão vejamos:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Destarte, o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná dispõe que a iniciativa dos projetos de lei caberá a qualquer membro da Assembléia:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)
Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** dispõe em seu artigo 215, caput, que é de incumbência do Estado garantir, o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os seus cidadãos, buscando, de mesmo modo, o apoio e incentivo à valorização e difusão das manifestações culturais, senão vejamos:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Além disso, conforme abaixo se denota o objeto da ora preposição se amolda ao artigo 165 do mesmo diploma legal:

Art. 165. O Estado, em ação conjunta e integrada com a União, Municípios e a sociedade, tem o dever de assegurar os direitos relativos à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à capacitação para o trabalho, à cultura e de cuidar da proteção especial da família, da mulher, da criança, do adolescente, do idoso e do índio.

Por fim, quanto à técnica legislativa, inexistem óbices ao disposto pela **LEI COMPLEMENTAR Nº 95/98**.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury


Comissão de Constituição e Justiça

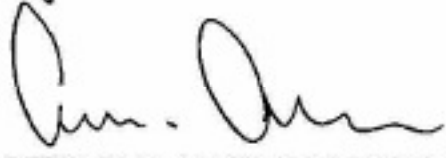


CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 08 de abril de 2014.

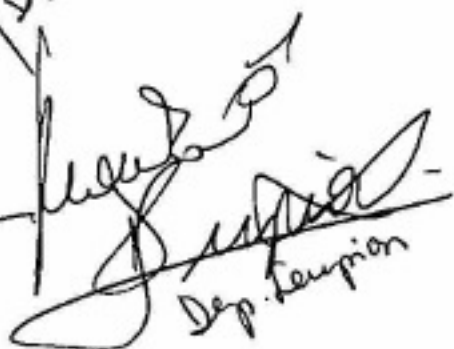

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR


Dep. Secomane


Dep. Nereu


Dep. Nereu


Dep. Leupion


Dep. Tadeu

APROVADO